



SICOOB

Credipatos

FALOU SICOOB, _____
PENSOU CREDIPATOS.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30/06/2020 da Cooperativa de Crédito do Alto Paranaíba e Região Ltda. - SICCOOB CREDIPATOS na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2020 o SICCOOB CREDIPATOS completa 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No 1º semestre de 2020, o SICCOOB CREDIPATOS obteve um resultado de R\$ 6.923.713,15 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 7,86%.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 165.122.099,18. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 432.144.552,28.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	197.781.531,71	45,77%
Carteira Comercial	234.363.020,57	54,23%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2020 o percentual de 20,83% da carteira, no montante de R\$ 90.029.393,33.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 362.225.518,50, apresentaram uma evolução de 27,76% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	136.010.829,48	37,55%
Depósitos a Prazo	214.707.208,49	59,27%
LCA	11.507.480,53	3,18%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2020 o percentual de 21,75% da captação, no montante de R\$ 78.777.986,38.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICCOOB CREDIPATOS era de R\$ 81.308.687,15. O quadro de associados era composto por 13.638 cooperados, havendo um acréscimo de 5,48% em relação a dezembro de 2019.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIPATOS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,56% nos níveis de “AA” a “C”.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda dois Agentes de Controles Internos, supervisionados diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIPATOS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDIPATOS registrou 14 (quatorze) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 14 (quatorze) reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Patos de Minas, 20 de julho de 2020

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DEZEMBRO DE 2019

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
Em Reais (R\$)			
ATIVO			
Circulante		385.655.120,30	297.695.056,32
Caixa e Equivalentes De Caixa	4	172.908.203,99	116.791.290,16
Disponibilidades		7.786.104,81	7.996.778,29
Centralização Financeira		165.122.099,18	108.794.511,87
Relações Interfinanceiras	5	32.940,22	-
Correspondentes		32.940,22	-
Operações de Crédito	6	204.450.909,03	172.053.446,01
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		104.052.108,03	82.595.847,69
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(4.019.597,15)	(2.953.623,56)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		105.711.010,86	93.331.612,90
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.292.612,71)	(920.391,02)
Outros Créditos	7	2.126.378,56	3.036.325,47
Avais e Fianças Honradas		248.540,75	221.915,60
Rendas a Receber		39.857,95	458.202,95
Diversos		1.990.846,86	2.396.647,96
Devedores por Depósitos em Garantia		-	94.797,98
Créditos Tributários		11.645,89	9.935,99
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(164.512,89)	(145.175,01)
Outros Valores e Bens	8	6.136.688,50	5.813.994,68
Outros Valores e Bens		7.314.222,46	7.143.375,46
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(1.393.142,67)	(1.393.142,67)
Despesas Antecipadas		215.608,71	63.761,89
Não Circulante		237.303.285,51	173.212.306,25
Realizável a Longo Prazo		217.887.678,62	157.644.559,39
Operações de Crédito	6	215.845.908,22	155.687.715,02
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		130.310.912,54	96.352.558,83
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(5.499.285,57)	(3.191.871,93)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		92.070.520,85	63.003.489,77
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(1.036.239,60)	(476.461,65)
Outros Créditos	7	2.041.770,40	1.956.844,37
Devedores por Depósitos em Garantia		2.087.117,27	1.965.441,69
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(45.346,87)	(8.597,32)
Permanente		19.415.606,89	15.567.746,86
Investimentos	9	11.801.211,57	10.767.437,78
Participação em Cooperativa Central de Credito		11.623.033,92	10.611.045,25
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		178.177,65	156.392,53
Outros investimentos		0,00	(0,00)
Imobilizado de Uso	10	7.614.395,32	4.800.309,08
Imovéis de Uso		814.765,97	814.765,97
Outras Imobilizações de Uso		9.932.671,72	6.857.647,78
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(3.133.042,37)	(2.872.104,67)
Ativos Intangíveis		44.999,62	44.999,62
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(44.999,62)	(44.999,62)
Total do Ativo		622.958.405,81	470.907.362,57
PASSIVO			
Circulante		424.412.215,95	346.923.801,77
Depósitos	11	350.718.037,97	266.837.097,64
Depósitos à Vista		136.010.829,48	104.286.927,83
Depósitos à Prazo		214.707.208,49	162.550.169,81
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	11.446.448,37	16.680.835,35
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio		11.446.448,37	16.680.835,35
Relações Interfinanceiras		51.741.820,60	38.997.282,40
Repasse Interfinanceiros	13	51.741.820,60	38.997.282,40
Relações Interdependências	14	894.584,88	5.858.217,07
Recursos em Trânsito de Terceiros		894.584,88	5.858.217,07
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	-	9.303.644,43
Obrigações por repasses		-	9.303.644,43

			Em Reais (R\$)
Outras Obrigações	15	9.611.324,13	9.246.724,88
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias		247.744,69	129.986,79
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		3.576.083,06	3.466.874,66
Diversas		1.256.182,60	927.156,35
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		4.531.313,78	4.384.248,36
		-	338.458,72
Não Circulante		110.486.444,26	45.561.511,45
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	61.032,16	-
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio		61.032,16	-
Relações Interfinanceiras		78.122.844,00	43.001.625,02
Repasse Interfinanceiros	13	78.122.844,00	43.001.625,02
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	29.539.760,79	-
Empréstimo no País - Outras Instituições		20.151.687,36	-
Obrigações por repasses		9.388.073,43	-
Outras Obrigações	15	2.762.807,31	2.559.886,43
Diversas		513.918,92	594.444,74
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		2.248.888,39	1.965.441,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	88.059.745,60	78.422.049,35
Capital Social		46.125.270,33	43.411.287,23
De Domiciliados No País		46.351.818,12	43.602.071,02
(-) Capital a Realizar		(226.547,79)	(190.783,79)
Reserva de Sobras		28.228.000,37	28.228.000,37
Sobras ou Perdas Acumuladas		13.706.474,90	6.782.761,75
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		622.958.405,81	470.907.362,57

Cooperativa de Credito do Alto Paranaíba e Região Ltda.
SICOOB CREDIPATOS

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

		Em Reais (R\$)	
DSP	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		25.459.331,10	19.730.942,02
Operações de Crédito		23.276.563,91	16.365.552,69
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.182.767,19	3.365.389,33
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira		(12.600.833,74)	(5.912.329,33)
Operações de Captação no Mercado		(3.670.416,69)	(4.650.498,35)
Operações de Empréstimos e Repasses		(4.232.440,33)	(1.666.370,18)
Provisão para Operações de Créditos		(4.697.976,72)	404.539,20
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		12.858.497,36	13.818.612,69
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(5.038.996,14)	(5.018.004,35)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		3.761.198,02	2.730.141,45
Rendas (Ingressos) de Tarifas		2.065.470,94	1.706.484,48
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(6.170.610,88)	(5.254.161,98)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(5.617.739,66)	(4.844.789,29)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(305.628,25)	(208.952,17)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18	2.034.753,28	2.170.944,85
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19	(469.085,97)	(715.030,04)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(44.798,79)	(62.362,43)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(292.554,83)	(540.279,22)
Resultado Operacional		7.819.501,22	8.800.608,34
Outras Receitas e Despesas	20	(57.513,23)	(719.394,88)
Lucros em Transações com Valores e Bens		3.216,01	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	(177.166,69)
Outras Receitas		70.801,80	28.823,01
Outras Despesas		(131.531,04)	(571.051,20)
Resultado Antes da Tributação e Participações		7.761.987,99	8.081.213,46
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos		(366.060,32)	(82.054,57)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(231.145,57)	(62.676,94)
Participações nos Resultados de Empregados		(241.068,95)	(184.881,73)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		6.923.713,15	7.751.600,22
Juros ao Capital		-	(1.144.168,63)
Sobras/Perdas Líquidas		6.923.713,15	6.607.431,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Credito do Alto Paranaíba e Região Ltda.
SICOOB CREDIPATOS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

		Em Reais (R\$)	
DRA	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Sobras/Perdas Líquidas		6.923.713,15	6.607.431,59
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		6.923.713,15	6.607.431,59

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Em Reais (R\$)	
		30/06/2020	30/06/2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período		6.923.713,15	7.751.600,22
Distribuição de Sobras e Dividendos		(375.295,79)	(427.987,86)
Participações no Lucro(Sobra)		(241.068,95)	(184.881,73)
Provisão/Reversão para Operações de Crédito		4.697.976,72	(404.539,20)
Provisão de Juros ao Capital		-	(1.144.168,63)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		292.554,83	540.279,22
Provisão/Reversão Para Desvalorização De Outros Valores E Bens		-	(308.044,75)
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		44.798,79	48.417,20
Atualização De Depósitos Em Garantia		-	(34.090,84)
Depreciações e Amortizações		299.330,83	220.108,75
		11.642.009,58	6.056.692,38
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Relações Interfinanceiras		(32.940,22)	(15.727,43)
Operações de Crédito		(97.253.632,94)	(50.529.675,90)
Outros Créditos		825.020,88	(574.495,63)
Outros Valores e Bens		(322.693,82)	(3.066.978,37)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		31.723.901,65	12.105.548,94
Depósitos a Prazo		52.157.038,68	23.909.637,78
Obrigações por Emissão de LCA		(5.173.354,82)	5.735.432,34
Resultado de Exercícios Futuros		-	(5.422,06)
Relações Interdependências		(4.963.632,19)	(5.782.955,01)
Relações Interfinanceiras		47.865.757,18	1.136.378,67
Obrigações por Empréstimos e Repasses		20.236.116,36	(975.262,16)
Outras Obrigações		1.068.441,35	411.565,43
IRPJ		(366.060,32)	(82.054,57)
CSLL		(231.145,57)	(62.676,94)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		57.174.825,80	(11.739.992,53)
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos		21.785,77	39.000,25
Distribuição Sobras da Central		353.510,02	388.987,61
Alienação de Imobilizações de Uso		33,99	-
Aquisição De Imobilizado de Uso		(3.113.451,06)	(1.096.153,80)
Aquisição de investimentos		(1.033.773,79)	(275.470,74)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(3.771.895,07)	(943.636,68)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		3.186.665,88	2.796.981,96
Devolução de Capital à Cooperados		(472.632,78)	(661.420,04)
Estorno de Capital		(50,00)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(31.641,63)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.713.983,10	2.103.920,29
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		56.116.913,83	(10.579.708,92)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		116.791.290,16	120.868.502,44
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		172.908.203,99	110.288.793,52
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		56.116.913,83	(10.579.708,92)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

Em Reais (R\$)

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Acumuladas	
Saldo em 31/12/2018		34.829.235,45	(142.799,12)	19.749.548,17	3.890.725,24	58.326.709,74
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital		3.859.083,61	-	-	(3.859.083,61)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(31.641,63)	(31.641,63)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		2.821.816,99	(24.835,03)	-	-	2.796.981,96
Por Devolução (-)		(661.420,04)	-	-	-	(661.420,04)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	7.751.600,22	7.751.600,22
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(1.144.168,63)	(1.144.168,63)
Saldo em 30/06/2019		40.848.716,01	(167.634,15)	19.749.548,17	6.607.431,59	67.038.061,62
Saldo em 31/12/2019		43.602.071,02	(190.783,79)	28.228.000,37	6.782.761,75	78.422.049,35
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.222.429,88	(35.764,00)	-	-	3.186.665,88
Por Devolução (-)		(472.632,78)	-	-	-	(472.632,78)
Estorno de Capital		(50,00)	-	-	-	(50,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	6.923.713,15	6.923.713,15
Saldo em 30/06/2020		46.351.818,12	(226.547,79)	28.228.000,37	13.706.474,90	88.059.745,60

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30/06/2020 E 31/12/2019 PARA AS CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 30/06 DE 2020 E 2019
PARA AS CONTAS DE RESULTADO
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Credito do Alto Paranaíba e Região Ltda. - SICOOB CREDIPATOS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/09/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIPATOS**, sediada à **Rua Major Gote, 1699, Centro, Patos de Minas/MG**, possui **14** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **Lagoa Grande - MG, Varjão De Minas - MG, Lagoa Formosa - MG, Presidente Olegário - MG, Areado - MG, São Gonçalo Do Abaeté - MG, Patos De Minas - MG, Paracatu - MG, Uberlândia - MG.**

O SICOOB CREDIPATOS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **20/07/2020**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB Central Crediminas e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	7.786.104,81	7.996.778,29
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	165.122.099,18	108.794.511,87
Total	172.908.203,99	116.791.290,16

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Correspondentes	32.940,22	-

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	103.896,96	-	103.896,96	26.527,55
Cheque Especial / Conta Garantida	11.922.943,56	-	11.922.943,56	9.553.448,14
Empréstimos	62.261.459,65	92.235.675,37	154.497.135,02	120.610.546,35
Financiamentos	11.682.417,10	38.075.237,17	49.757.654,27	32.584.518,22
Títulos Descontados	18.081.390,76	-	18.081.390,76	16.173.366,26
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	105.711.010,86	92.070.520,85	197.781.531,71	156.335.102,67
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(5.312.209,86)	(6.535.525,17)	(11.847.735,03)	(7.542.348,16)
Total	204.450.909,03	215.845.908,22	420.296.817,25	327.741.161,03

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	37.614.205,87	-	23.308.402,53	-
A	0,50%	Normal	203.564.091,32	(1.017.820,59)	174.051.707,53	(870.258,62)
B	1%	Normal	120.632.972,54	(1.206.329,88)	86.659.604,28	(866.596,12)
B	1%	Vencidas	250.673,31	(2.506,73)	79.488,72	(794,89)
C	3%	Normal	50.855.994,50	(1.525.680,03)	39.251.565,49	(1.177.547,07)
C	3%	Vencidas	49.994,00	(1.499,82)	305.534,20	(9.166,03)
D	10%	Normal	9.933.041,69	(993.304,30)	4.584.904,92	(458.490,53)
D	10%	Vencidas	636.276,49	(63.627,66)	383.310,48	(38.331,05)
E	30%	Normal	1.338.930,68	(401.679,26)	1.864.778,09	(559.433,48)
E	30%	Vencidas	357.020,52	(107.106,17)	1.130.282,10	(339.084,66)
F	50%	Normal	330.682,50	(165.341,27)	200.581,89	(100.290,95)
F	50%	Vencidas	158.215,74	(79.107,88)	421.372,51	(210.686,27)
G	70%	Normal	337.698,09	(236.388,69)	258.730,01	(181.111,02)
G	70%	Vencidas	124.707,61	(87.295,34)	175.629,96	(122.940,98)
H	100%	Normal	4.120.471,96	(4.120.471,96)	2.379.251,27	(2.379.251,27)
H	100%	Vencidas	1.839.575,46	(1.839.575,46)	228.365,21	(228.365,21)
Total Normal			428.728.089,15	(9.667.015,97)	332.559.526,01	(6.592.979,07)
Total Vencido			3.416.463,13	(2.180.719,06)	2.723.983,18	(949.369,09)
Total Geral			432.144.552,28	(11.847.735,03)	335.283.509,19	(7.542.348,16)
Provisões			(11.847.735,03)	-	(7.542.348,16)	-
Total Líquido			420.296.817,25	-	327.741.161,03	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 365	Acima de 365	Total
Empréstimos	-	15.859.835,05	46.401.624,60	92.235.675,37	154.497.135,02
Títulos Descontados	-	15.986.911,26	2.094.479,50	-	18.081.390,76
Financiamentos	-	3.053.984,75	8.628.432,35	38.075.237,17	49.757.654,27
Financiamentos Rurais	-	22.253.032,14	83.457.978,72	92.070.520,85	197.781.531,71
Adiantamento a Depositantes	103.896,96	-	-	-	103.896,96
Cheque Especial / Conta Garantida	11.922.943,56	-	-	-	11.922.943,56
Total	12.026.840,52	57.153.763,20	140.582.515,17	222.381.433,39	432.144.552,28

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	30.854.648,38	3.365.663,76	0	34.220.312,14	8%
Setor Privado - Indústria	7.302.929,30	991.008,94	0	8.293.938,24	2%
Setor Privado - Serviços	73.310.565,57	17.976.392,74	4.182.544,37	95.469.502,68	22%
Pessoa Física	63.921.392,93	27.178.182,86	193.598.987,34	284.698.563,13	66%
Outros	9.215.830,12	246.405,97	0	9.462.236,09	2%
TOTAL	184.605.366,30	49.757.654,27	197.781.531,71	432.144.552,28	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
-----------	------------	------------

Saldo Inicial	7.542.348,16	7.560.656,79
Constituições/Reversões no período	4.642.033,69	318.307,05
Transferência para Prejuízo no período	(336.646,82)	(336.615,68)
Total	11.847.735,03	7.542.348,16

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	6.818.924,38	1,58%	7.098.649,68	2,12%
10 Maiores Devedores	52.227.365,41	12,09%	51.165.711,78	15,27%
50 Maiores Devedores	159.902.675,20	37,01%	135.123.769,16	40,34%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	16.021.377,55	15.984.298,80
Valor das operações transferidas no período	336.646,82	336.615,68
Valor das operações recuperadas no período	(916.509,05)	(285.376,69)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(10.010,76)	(14.160,24)
Total	15.431.504,56	16.021.377,55

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	56.143,52	83.039,09
Rendas de Empréstimos	11.420.648,84	10.020.364,27
Rendas de Títulos Descontados	2.021.599,31	1.621.649,10
Rendas de Financiamentos	2.305.926,02	571.078,00
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	4.087.630,79	2.548.398,85
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direc. à Vista	1.462.619,34	395.088,15
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direc. da Poup. Rural	687.717,68	715.245,56
Rendas de Financ. Rurais - Recursos de Fontes Públicas	324.433,41	162.229,44
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	909.845,00	247.763,95
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	696,28
Total	23.276.563,91	16.365.552,69

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honrados	248.540,75	221.915,60
Rendas a Receber	39.857,95	458.202,95
Rendas da Centralização Financeira - Cooperativa Central	39.857,95	458.202,95
Diversos	1.990.846,86	2.396.647,96
Valores a Receber pela Venda de Bens	1.727.500,05	2.084.395,18
Adiantamentos	109.942,42	145.749,37
Títulos e Créditos a Receber (a)	107.213,75	94.497,51

Diversos (b)	46.190,64	72.005,90
Depósitos em Garantia (c)	2.087.117,27	2.060.239,67
Créditos Tributários	11.645,89	9.935,99
(-) Provisões para Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (d)	(209.859,76)	(153.772,33)
Total	4.168.148,96	4.993.169,84

- (a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber - Tarifas (R\$107.213,75);
- (b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$4.559,44), Pendências a Regularizar - Bancoob (R\$39.340,52) e outros (R\$2.290,68);
- (c) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Para Interposição de Recursos Fiscais-Lei 9703/98 (R\$83.833,67), Pis - Depósito Judicial (R\$269.213,57), Cofins - Depósito Judicial (R\$997.601,02), Pis Folha - Depósito Judicial (R\$649.982,33), para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$86.486,68);
- (d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco		Avais e Fianças Honrados	Outros Créditos	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,50%	-	-	-	-	1.934.395,17	(9.671,98)
C	3%	-	1.727.500,04	1.727.500,04	(51.825,00)	150.000,00	(4.500,00)
E	30%	107.420,31	-	107.420,31	(32.226,10)	99.960,72	(29.988,22)
F	50%	13.124,92	-	13.124,92	(6.562,48)	860,61	(430,31)
G	70%	29.164,48	-	29.164,48	(20.415,13)	39.708,21	(27.795,75)
H	100%	98.831,05	-	98.831,05	(98.831,05)	81.386,07	(81.386,07)
Total Geral		248.540,76	1.727.500,04	1.976.040,80	(209.859,76)	2.306.310,78	(153.772,33)
Provisões		(158.034,76)	(51.825,00)	(209.859,76)		(153.772,33)	
Total Líquido		90.506,00	1.675.675,04	1.766.181,04		2.152.538,45	

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio	7.313.375,46	7.143.375,46
Material em Estoque	847,00	-
(Provisões para Desvalorizações)	(1.393.142,67)	(1.393.142,67)
Despesas Antecipadas	215.608,71	63.761,89
Total	6.136.688,50	5.813.994,68

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 7.313.375,46, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 215.608,71, referentes a Prêmios de Seguros (R\$19.452,38), Iptu (R\$5.084,79), Processamento de Dados (R\$9.393,32), Contribuição Cooperativista (R\$66.967,69), Ipvá (R\$3.529,54) e outros (R\$111.180,99).

9. INVESTIMENTOS

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
-----------	------------	------------

Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	11.623.033,92	10.611.045,25
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	178.177,65	156.392,53
Total	11.801.211,57	10.767.437,78

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a	30/06/2020	31/12/2019
Imóveis de Uso		814.765,97	814.765,97
Terrenos	-	74.395,31	74.395,31
Edificações	4%	740.370,66	740.370,66
Outras Imobilizações de Uso		9.932.671,72	6.857.647,78
Imobilizações em Curso (a)	-	4.525.869,83	1.868.974,25
Instalações	10%	498.506,34	495.401,74
Móveis e Equipamentos	10%	1.864.227,24	1.489.826,68
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	2.139.312,24	2.131.151,59
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	672.418,07	639.955,52
Veículos	20%	232.338,00	232.338,00
Total		10.747.437,69	7.672.413,75
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(3.133.042,37)	(2.872.104,67)
Total		7.614.395,32	4.800.309,08

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos à Vista	136.010.829,48	104.286.927,83
Depósitos à Prazo	214.707.208,49	162.550.169,81
Total	350.718.037,97	266.837.097,64

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos

cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12. Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	9.115.383,40	2,52%	7.048.783,85	2,45%
10 Maiores Depositantes	56.026.277,08	15,51%	45.000.805,87	15,60%
50 Maiores Depositantes	118.047.029,07	32,65%	100.608.571,50	34,87%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Depósitos à Prazo	(3.230.116,29)	(4.133.342,73)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(209.738,54)	(343.171,96)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(230.561,86)	(173.983,66)
Total	(3.670.416,69)	(4.650.498,35)

12. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	11.507.480,53	16.680.835,35

Recursos de aceite e emissão de títulos referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, acima o saldo apropriado em despesas.

13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2020	31/12/2019
BANCOOB - Relações Interfinanceiras	De 3,00% até 9,59% a.a.	Até 06/2030	129.864.664,60	81.998.907,42
BANCOOB - Empréstimos	De 0,09% até 0,14% a.m.	Até 04/2025	20.151.687,36	-
Outras Instituições	-	-	9.388.073,43	9.303.644,43
Total			159.404.425,39	91.302.551,85

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	30/06/2020	30/06/2019
BANCOOB	(3.758.482,33)	(1.498.874,51)
Sicoob Central Crediminas	(159.803,85)	(113.228,98)
Outras Instituições	(314.154,15)	(54.266,69)
Total	(4.232.440,33)	(1.666.370,18)

14. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento	-	5.596.508,13
Concessionários de Serviços Públicos	894.564,88	261.708,94
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	20,00	-
Total	894.584,88	5.858.217,07

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	2.267.000,98	2.364.855,13
Cotas de Capital a pagar (b)	906.181,82	678.045,51
Participações nas Sobras dos Empregados (c)	224.043,48	290.175,60
Gratificações e Participações a pagar	178.856,78	133.798,42
Total	3.576.083,06	3.466.874,66

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2021.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	269.522,32	408.616,70
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	986.660,28	518.539,65
Total	1.256.182,60	927.156,35

(a) Refere-se a provisões IRPJ, CSLL, do 2º trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

15.3 Diversas

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesas de Pessoal	1.477.997,91	1.135.329,28
Outras Despesas Administrativas (a)	1.022.348,80	1.033.390,54
Cheques Descontados (b)	403.108,87	432.538,70
Provisões para Garantias Prestadas (c)	793.158,01	821.645,89
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	1.086.154,80	1.294.109,23
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	86.105,43	94.587,30
Credores Diversos – País (d)	176.358,88	167.092,16
Total	5.045.232,70	4.978.693,10

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Aluguéis (R\$24.325,17), Manutenção e Conservação de Bens (R\$386.467,30), Transporte (R\$24.713,01), Plano de Saúde (R\$25.798,86), Contribuições a Pagar (R\$97.452,00), Seguro Prestamista (R\$336.402,79) e outros (R\$127.189,67);

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 30/06/2020;

(c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 30 de junho de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA		17.187.781,07	-	18.839.587,68	-
A	0,5%	24.337.235,84	(121.686,35)	21.987.480,48	(109.937,68)
B	1%	8.164.040,38	(81.640,45)	7.218.116,80	(72.181,28)
C	3%	4.567.537,31	(137.026,14)	2.931.460,29	(87.943,82)
D	10%	784.091,30	(78.409,18)	398.317,51	(39.831,83)
E	30%	111.626,11	(33.487,82)	303.478,82	(91.043,65)
F	50%	58.525,91	(29.262,98)	25.244,86	(12.622,45)
G	70%	20.402,96	(14.282,07)	50.573,18	(35.401,24)
H	100%	297.363,02	(297.363,02)	372.683,94	(372.683,94)
Total		55.528.603,90	(793.158,01)	52.126.943,56	(821.645,89)

(d) Referem-se a Ordem de Pagamento - Encerramento Conta Salário (R\$17.366,92), Diferença de Caixa (R\$9.157,07), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$97.734,95), Valores a Liquidar - Parcelas Crédito Consignado (R\$34.080,26) e outros (R\$18.019,68);

15.4 Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	117.620,04	187.181,97
Provisões Fiscais (a)	1.921.745,93	1.889.056,21
Outras Provisões	209.522,42	227.662,23
Total	2.248.888,39	2.303.900,41

a) Refere-se a provisão para: Pis (R\$269.213,57), Cofins (R\$997.601,02), Pis Folha (R\$654.931,34).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIPATOS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	46.125.270,33	43.411.287,23
Associados	13.638	12.929

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é

registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em virtude das medidas de enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020, foi publicada a Lei nº 14.030 em 28/07/2020, que estabeleceu um prazo de nove meses, contados do término do seu exercício social, para que as sociedades cooperativas pudessem realizar as assembleias gerais ordinárias.

Desta forma, as sobras do exercício de 2019 no valor total de R\$6.782.761,65 aguardam deliberação conforme prazo estipulado pela Lei nº 14.030.

18. OUTRAS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	242.912,59	149.491,27
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	321.042,71	463.792,84
Reversão de Provisão para Contingências	-	13.945,23
Dividendos Recebidos do Bancoob	21.785,77	39.000,25
Rendas de Cartões e Adquirência	837.674,10	796.704,51
Atualização de Depósitos Judiciais	-	34.090,84
Rendas de Repasses Interfinanceiros	257.828,09	284.932,30
Sobras Recebidas da Central	353.510,02	388.987,61
Total	2.034.753,28	2.170.944,85

19. OUTRAS DESPESAS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Descontos Concedidos	(172.153,75)	(386.664,33)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(11.463,22)	(7.400,88)
Despesa com Tarifas	(8.504,52)	(6.764,68)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(106.752,84)	(87.302,97)
Contrib. ao Fundo Garantidor de Depósitos	(1.309,78)	(1.852,85)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	(94.630,36)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(1.370,86)	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(6.806,50)	-
Outras Contribuições Diversas	(118.974,44)	(93.355,84)
Perdas - Fraudes Internas	(10.699,72)	-
Perdas - Demandas Trabalhistas	-	(4.140,03)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(2.650,03)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(313,96)
Outras Despesas Operacionais	(31.050,34)	(29.954,11)
Total	(469.085,97)	(715.030,04)

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Lucros em Transações com Valores e Bens	3.216,01	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(177.166,69)

Outras Receitas	70.801,80	28.823,01
Ganhos de Capital	41.846,19	16.790,07
Rendas de Aluguel	9.000,00	12.032,94
Outras Rendas Não Operacionais	19.955,61	-
Outras Despesas	(131.531,04)	(571.051,20)
Perdas de Capital	(116.740,32)	(17.175,08)
Despesas de Provisões Não Operacionais	-	(308.044,75)
Outras Despesas Não Operacionais	(14.790,72)	(245.831,37)
Total	(57.513,23)	(719.394,88)

21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no 1º semestre de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	17.780,03	0,01%	2,00
TOTAL	17.780,03	0,01%	2,00
Montante das Operações Passivas	30.000,00	0,01%	

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	16,27	0,08	0,00%
Empréstimo	28.570,98	142,85	0,02%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	48.844,12	0,04%	0%
Depósitos a Prazo	30.211,51	0,01%	0,19%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração média aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIPATOS.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Aplicações Financeiras	0,01%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	28.570,98

As cobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2020	2019
13.224,66	1.139.790,55

No 1º semestre de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	1º Semestre de 2020
Honorários	306.729,86
Conselho de Administração	262.957,14
Conselho Fiscal	67.920,95
Gratificações da Administração	77.496,35
FGTS Diretoria	45.146,19
INSS Diretoria/Conselhos	151.944,96
Plano de Saúde	17.372,16
Total	929.567,61

22. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O SICOOB CREDIPATOS em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a

orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIPATOS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa - Centralização Financeira (nota 4)	165.122.099,18	108.794.511,87
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	11.623.033,92	10.611.045,25

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28 de fevereiro de 2020, com opinião sem modificação.

23. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2018, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos

preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

24. COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de junho de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 55.528.603,90 (31/12/2019 - R\$ 52.126.943,56), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

25. SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

26. ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de em 30 de junho de 2020.

27. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	269.213,57	269.213,57	269.213,57	269.213,57
PIS FOLHA	654.931,34	649.982,33	622.241,62	614.793,43
COFINS	997.601,02	997.601,02	997.601,02	997.601,02
Trabalhistas	117.620,04	86.486,68	187.181,97	76.658,17
Outras contingências	209.522,42	83.833,67	227.662,23	101.973,48
Total	2.248.888,39	2.087.117,27	2.303.900,41	2.060.239,67

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade **Multi Instituído**. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2020 totalizaram R\$ 25.316,10.

Patos de Minas 20 de julho de 2020.

Edmilson Garcia de Magalhães
Presidente do Conselho

Damião Mendonça Vieira
Diretor Financeiro

Carlos Resende de Souza
Diretor Administrativo

Jeremias Raimundo de Oliveira
Diretor Executivo Geral

Aline Fabiana dos Santos Teixeira Domingos
Contador – CRC n°: 081.759